

Brasília-DF



POR CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)

carlosalexandre.df@dabr.com.br

Encontro marcado

A reunião de hoje entre Valdemar Costa Neto e Michelle Bolsonaro será um teste para a vontade de Flávio Bolsonaro de tornar o imbróglgio com a ex-primeira-dama uma “página virada”. Até aqui, a bronca da ex-primeira-dama não mudou a realidade — os acordos regionais como no Ceará continuam, bem como a relação conflituosa com os filhos do ex-presidente.

Incomodado

Mais do que superar diferenças de relacionamento, o maior desafio no momento é encontrar uma solução que viabilize o apoio político de Michelle às pretensões de Flávio em outubro. Com uma candidatura ao Senado encaminhada no Distrito Federal, a presidente do PL Mulher não dá sinais de que pretende recuar nas suas queixas. Incomodado com as acusações de que humilhou a madrastra, o senador tem buscado mostrar, desde a semana passada, o quanto valoriza as mulheres.

Bolsonarismo bruto

Enquanto Flávio tenta manifestar apreço pelas mulheres, aliados próximos explicitam o bolsonarismo raiz. O blogueiro Paulo Figueiredo, que forma dupla com Eduardo Bolsonaro nas tratativas com o governo norte-americano, não contemporizou. “Mulher vota estatisticamente mal, principalmente as solteiras. As casadas costumam acompanhar o marido”, disse. Sobre Michelle, afirmou que ela prejudica a imagem de Amélia quando resolve falar.

Ganha-ganha

Se Brasil e Japão tiveram de decidir quem continuaria na Copa do Mundo, os países devem caminhar cada vez mais juntos no comércio bilateral. A Cúpula do Mercosul em Assunção será a ocasião para anunciar o início das negociações entre o bloco econômico e o país integrante do G7, clube das economias mais ricas do mundo.

Perto de Milei, longe das crises

Em mais um movimento para angariar apoio estrangeiro à pré-candidatura ao Palácio do Planalto, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reforçou os laços com o ultraliberal chefe da Casa Rosada, Javier Milei. Para demonstrar que está fechado com o 01, o homem da motosserra disse ter certeza de que a “onda azul” está a caminho do Brasil, tal e qual ocorreu no país vizinho. A ver.

Logo após a visita a Buenos Aires, Flávio pretende ir aos Estados Unidos, onde participará da audiência pública para tratar da nova onda de tarifaço em gestação pelo governo Trump. Diferentemente da aproximação argentina, claramente ideológica, o contato com Washington tem a gravidade de implicar sanções econômicas para o Brasil — injustificadas, como já exaustivamente ressaltado por Brasília.

No momento em que a América Latina se inclina para a direita, com vitórias eleitorais em diversos países, Flávio aposta no discurso anti-esquerda. Ainda não se viu, entretanto, o efeito dessas articulações na corrida eleitoral. A agenda internacional, no caso do bolsonarista, tem servido para desviar a atenção do eleitorado a problemas como o caso *Dark Horse* ou a contenda em praça pública com Michelle Bolsonaro.



Interesses comuns

Na avaliação de especialistas, há uma complementariedade importante na relação entre Brasil e Japão. Produção agrícola, minerais críticos e energia são alguns ativos importantes da plataforma exportadora nacional. Em contrapartida, investimentos e tecnologia representam oportunidades para a economia brasileira.

Fim do home office

Após uma semana esvaziada, o Congresso retorna ao trabalho no modo turbinado. Câmara e Senado devem analisar o projeto de lei que aumenta o teto do microempreendedor individual (MEI), que foi enviado ontem pelo Planalto. Já no Senado, os governistas têm a expectativa de que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encaminhe a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da 6 x 1, aprovada na Câmara, para a Comissão de Constituição e Justiça.

Política em campo

Os bolsonaristas não perderam tempo. Minutos após o fim do jogo em que o Brasil venceu o Japão por 2 x 1, aliados de Flávio Bolsonaro compartilharam uma foto com o jogador Martinelli, que usa a camisa número 22. A foto ainda tinha escrito: “O 22 salvou o Brasil e pode salvar de novo”.

Diário japonês

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por sua vez, tirou uma onda com o técnico da seleção japonesa, Hajime Moriyasu. Em um post nas redes sociais, a pasta indagou quais seriam as anotações, feitas à mão, em um bloco de notas à beira do campo. E vieram os memes: “Cancelar o miojo e encher o prato com arroz e feijão”, “Confirmar se o café brasileiro dá bônus de energia”, “Tocar isotônico por açaí”, em uma ação em favor da alimentação saudável.

CONGRESSO

Limite mais alto para o MEI

Projeto do governo propõe elevação progressiva de enquadramento do microempreendedor individual para R\$ 140 mil até 2028

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, ontem, com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para entregar o projeto que amplia o teto de faturamento do microempreendedor individual (MEI) de forma progressiva, chegando a R\$ 140 mil em 2028, e permitindo a contratação de até dois empregados. Amanhã, está prevista a audiência da comissão especial do reajuste do MEI na Câmara com o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, e representantes de confederações nacionais para debatem as alterações propostas pelo Executivo.

Atualmente, o limite anual de faturamento do MEI é de R\$ 81 mil. Com a mudança proposta pelo governo, o teto subirá para R\$ 110 mil, em 2027, e alcançará R\$ 140 mil, em 2028. Em publicação na rede social X (antigo Twitter), Lula ressaltou que a medida busca corrigir uma defasagem acumulada ao longo dos anos.

“Fortalece os pequenos negócios, incentiva a geração de empregos e garante mais condições para milhões de brasileiros continuarem crescendo com segurança e dignidade”, afirmou.

O projeto foi encaminhado ao Congresso como uma das apostas do governo para atualizar as regras do microempreendedor individual e ampliar as condições de crescimento dos pequenos negócios. A elevação gradual do limite reduz, segundo o governo, os impactos da mudança para empreendedores e para as contas públicas.

Formalização

Instituído em 2008, o regime do MEI foi criado para facilitar a formalização de trabalhadores autônomos

e pequenos empreendedores. Além de permitir a abertura de CNPJ e a emissão de notas fiscais, o enquadramento garante acesso à cobertura previdenciária (INSS), incluindo benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte, mediante o pagamento mensal de uma contribuição simplificada.

Pelas regras em vigor, o microempreendedor pode faturar até R\$ 81 mil por ano e contratar apenas um empregado. Se ultrapassar esse limite de receita, precisa migrar para outro regime tributário, como o Simples Nacional, que reúne tributos em uma única guia de recolhimento, mas prevê uma estrutura de tributação e de obrigações fiscais diferente da aplicada ao MEI.

Segundo o governo, a atualização dos limites adequa a legislação à realidade econômica dos últimos anos e permite que pequenos empreendedores possam expandir atividades sem perder o enquadramento no regime simplificado. A autorização para contratar um segundo funcionário também é considerada incentivo à geração de empregos formais.

Hugo Motta afirmou que o projeto integra o rol de negociações conduzidas entre o Congresso e o Palácio do Planalto no âmbito da tramitação da proposta que altera a escala 6 x 1 de trabalho. “Essa matéria faz parte de uma negociação direta que liderei. A Câmara discute a matéria em comissão especial, incentivando a formalização e promovendo o desenvolvimento econômico”, observou.

A proposta deverá ser analisada pela comissão especial da Câmara antes de seguir para apreciação dos deputados. Parlamentares trabalham para concluir a votação ainda antes do recesso legislativo, que começa em 18 de julho.

Ricardo Stuckert/PR



Motta, Lula e a ministra Miriam Belchior (Casa Civil) na reunião para a entrega do PL para tramitação

Entidades defendem aumento do teto

» FERNANDA STRICKLAND

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi) e a Associação Nacional dos SIMPI (Assimpi) enviaram um manifesto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo urgência na atualização do teto de enquadramento do microempreendedor individual (MEI) e do Simples Nacional. No documento, as entidades criticam a resistência de estados e municípios ao reajuste e classificam como “desonestidade intelectual e moral” os argumentos contrários à medida. Segundo as duas entidades, o limite do MEI acumula uma defasagem superior a 82% em relação ao INPC e ao IGP-M.

O manifesto foi destinado, também, aos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Henrique Rodrigues Pereira. As entidades afirmam que a perda do poder de compra do teto alterou a realidade dos pequenos empreendedores.

As entidades salientam que um negócio que faturava R\$ 100 quando o enquadramento foi criado, faturaria apenas R\$ 18 dentro do limite corrigido pela inflação. O documento aponta ainda que existem, atualmente, 20 milhões de empresas na informalidade contra 17 milhões que permanecem formalizadas no MEI, segundo

dados do governo federal citados pela Simpi e pela Assimpi.

O documento também rebate críticas de que a ampliação do teto poderia prejudicar empresas ou reduzir a arrecadação. Para as duas entidades, a legislação do Simples Nacional já prevê alternativas de enquadramento para empresas que ultrapassem o limite de faturamento — e ampliado a arrecadação tributária nas unidades da Federação desde a criação.

“Dizer que aumentar o teto prejudica as empresas é desonestidade moral e intelectual. A legislação já prevê que quem superar o limite pode optar por outro regime. Não existe dano nenhum. O que existe



(O novo teto) fortalece os pequenos negócios, incentiva a geração de empregos e garante mais condições para milhões de brasileiros continuarem crescendo com segurança e dignidade”

Presidente Lula, defendendo a progressão do aumento do limite de enquadramento para o MEI

é um argumento falso sendo usado para proteger uma posição que não resiste a nenhuma análise honesta dos dados”, criticou Joseph Couri, presidente do Simpi.

As entidades também questionaram o argumento de que o reajuste poderia representar perda de arrecadação para o governo federal. Segundo Couri, a ausência de atualização do teto já provoca perdas, pois empresas que deixam o sistema formal passam a não gerar arrecadação.

“A pergunta certa é outra: o governo prefere arrecadar menos ou continuar arrecadando zero de quem já está fora do sistema?”, indaga.